

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - MG

Instituto de Ciências da Natureza

Curso de Geografia – Licenciatura

LEANDRO LENTE DE ANDRADE

MARCIEL AUGUSTO ORLANDO

**PADRÕES DE SUSTENTABILIDADE URBANA: AS
ÁREAS VERDES DE TERRA ROXA/SP**



Alfenas - MG

2014

**LEANDRO LENTE DE ANDRADE
MARCIEL AUGUSTO ORLANDO**

**PADRÕES DE SUSTENTABILIDADE URBANA: AS ÁREAS
VERDES DE TERRA ROXA/SP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado em Geografia pelo Instituto de Ciências da Natureza da Universidade Federal de Alfenas- MG, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Henrique de Souza.

Alfenas – MG
2014

LEANDRO LENTE DE ANDRADE

MARCIEL AUGUSTO ORLANDO

**PADRÕES DE SUSTENTABILIDADE URBANA: AS ÁREAS VERDES DE TERRA
ROXA/SP**

A banca examinadora abaixo-assinada aprova o trabalho apresentado como parte dos requisitos para aprovação da disciplina de TCC II pela faculdade de Geografia pela Universidade Federal de Alfenas. Área do conhecimento: Planejamento Urbano.

Aprovada em:

Profº.

Instituição:

Assinatura:

Profº.

Instituição:

Assinatura:

Profº.

Instituição:

Assinatura:

Leandro: Primeiramente, sou grato ao meu Deus, cujo sopro de vida me sustenta todos os dias.

À minha família, professores e amigos que me acompanharam por todo o curso, tornando-o prazeroso e me ofereceram suporte, tanto no meio acadêmico, quanto fora; registro aqui a minha gratidão.

Soli Deo Gloria

Marciel: Dedico a Deus, aos meus professores, familiares e amigos a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 PLANEJAMENTO E SUSTENTABILIDADE URBANA	8
2.1 PARTICIPAÇÃO POPULAR	12
3 ÁREAS VERDES E O ESPAÇO URBANO	13
3.1 ALÉM DOS DADOS	15
3.2 NORMATIZAÇÕES E LEGISLAÇÃO	16
4 O MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/SP E AS ÁREAS VERDES	18
4.1 ÁREA CENTRAL E ÁREA PERIFÉRICA	20
4.1.1 Análise quantitativa das áreas verdes urbanas e públicas	21
4.1.2 Análise crítica das áreas verdes urbanas e públicas	24
5 CONCLUSÃO	30
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Figura 1 – Localização de Terra Roxa e Região Administrativa de Barretos no Estado de São Paulo	19
Figura 2 – Divisão das áreas Central e Periférica do Município de Terra Roxa/SP	21
Figura 3 – Distribuição das áreas verdes e infraestrutura do município de Terra Roxa .	22
Figura 4 – Parque das Figueiras: Construção do campo de society	25
Figura 5 – Parque das Figueiras: Brinquedos e Galpão	25
Figura 6 – Parque das Figueiras: Campos de bocha e malha	25
Figura 7 – Complexo de Lazer e Esportes	26
Figura 8 – Visão panorâmica destacando o Complexo de Lazer e Esportes	26
Figura 9 – Centro de Lazer Municipal	26
Figura 10 – Praça da Igreja matriz, área central do município	27
Figura 11 – Anfiteatro municipal e Escola municipal	28
Figura 12 – Praça do Cristo em destaque	28
Figura 13 – Praça da Igreja São Francisco de Assis	29
Gráfico 1 – Área total do Município de Terra Roxa – Área Verde de Infraestrutura	23
Gráfico 2 – Diferença do uso e ocupação do solo no município de Terra Roxa – Área verde e Infraestrutura – comparação entre área central e a área periférica	23
Tabela 1 – IDH em Terra Roxa/SP	20

PADRÕES DE SUSTENTABILIDADE URBANA: AS ÁREAS VERDES DE TERRA ROXA/SP

Paulo Henrique de SOUZA¹

Marciel Augusto ORLANDO²

Leandro Lente de ANDRADE³

RESUMO

A problemática da sustentabilidade ambiental urbana no município de Terra Roxa/SP decorre dos mesmos elementos presentes noutras localidades brasileiras de pequeno porte. O levantamento da importância das áreas verdes no círculo urbano é necessário, destacando a atuação do poder público local e o engajamento da participação popular. Analisando a infraestrutura e as áreas verdes, verifica-se a necessidade de dividir a cidade de Terra Roxa/SP em duas áreas: área central e área periférica. Essa avaliação é feita por meio de uma abordagem Quantitativa e, posteriormente, Crítica da importância de um equilíbrio que vise tanto a funcionalidade ambiental das áreas verdes, quanto todos os elementos que favorecerão a sociedade local, tornando-a participativa e plenamente atendida pelas condições de sustentabilidade, considerando toda a complexidade que envolve tal temática. Conseqüentemente, por meio de um breve levantamento das áreas verdes em maior destaque, há de surgir a proposição de um planejamento com a participação pública para otimização e melhorias.

Palavras-chave: Áreas Verdes, Centro, Periferia, Uso do Solo, Planejamento, Sustentabilidade, Terra Roxa/SP.

¹ Licenciado em Geografia pela UNESP de Rio Claro/SP. Doutor em Ciências da Engenharia Ambiental pela EESC/USP de São Carlos/SP. Docente da UNIFAL-MG Universidade Federal de Alfenas/MG – Brasil. Integrante do Grupo CNPq CIER. (UFGD);

² Graduando do curso de Geografia modalidade Licenciatura da UNIFAL-MG Universidade Federal de Alfenas/MG – Brasil;

³ Graduando do curso de Geografia modalidade Licenciatura da UNIFAL-MG Universidade Federal de Alfenas/MG – Brasil;

ABSTRACT

The problem of urban environmental sustainability in the municipality of Terra Roxa/SP follows the same elements present in other Brazilian's small cities. A lifting of importance of the green areas to urban circles is required showing work of local government and the engagement of popular participation. A parallel between infrastructure and green area becomes necessary to divide the city of Terra Roxa/SP in two areas: the central area and peripheral area. Performs a Qualitative approach and after a Critical approach of importance of a balance aimed both environmental functionality of the green areas, as all the elements that favor a local society , making it participatory and sustainability satisfied by appropriate considering all the complexity that surrounds this issue. Consequently, through a brief survey of the most prominent green areas, exist a proposition of planning with public participation for optimization and improvements to city.

Key words: Greens áreas, Central, Periphery, Land use, Planning, Sustainability, Terra Roxa.

1 INTRODUÇÃO

Toda problemática ambiental tem ocupado um grande espaço nas discussões políticas, e sociais; sobretudo a partir do desenvolvimento das cidades, sendo o crescimento desenfreado e sem planejamento o foco principal da maioria dos debates. Conforme dados oficiais apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), cerca de 90% da população brasileira reside nas cidades, logo, assume importância vital para o país a adoção do planejamento na ocupação do espaço, sobretudo o urbano e seu entorno, pois, cerca de 180 milhões de brasileiros vivem nestas porções do espaço, representando uma população que só é superada por poucos países do globo.

Devido ao rápido processo de urbanização brasileira ficam evidentes os impactos ambientais ocasionados por ela, colocando em risco as condições de vida das futuras gerações; algo que, somado aos problemas de infraestrutura e sociais já existentes, criou no Brasil, devido ao ritmo de crescimento da população e da taxa de urbanização nestes últimos 40 anos, um quadro deveras preocupante, tornando estas áreas do espaço brasileiro – sobretudo nas periferias e grandes aglomerações – um sinônimo de desordem, sujeira e caos.

Segundo Spósito (1994), o disciplinamento do uso do solo deve ser uma preocupação de todas as esferas de poder; no entanto, cabe à cidade um papel destacado em função de se constituir no palco primário onde as disputas pelo espaço e suas consequências são diretamente sentidas e onde se concentram a grande parcela da população e as principais atividades humanas.

Diante deste quadro, Monte-Mór (1994) compartilha deste mesmo entendimento, mencionando que devido a isto, as áreas urbanas têm sido reconhecidas como espaços mortos do ponto de vista ecológico; com o agravante de terem sido pouco estudadas em seus aspectos ambientais, mesmo sendo identificadas como cerne da problemática ambiental contemporânea, tanto pela lógica da produção industrial e suas mazelas ambientais, como pelos padrões de consumo que atuam intensamente na distribuição e desperdício dos recursos naturais e humanos, influenciando a qualidade de vida de seus moradores.

Não obstante a isso, urbanização das cidades de pequeno porte também sofre com essa forte tendência por urbanizar corriqueiramente com o pretexto do progresso, agravado pelos agentes imobiliários, onde o aspecto visual, bem como toda a característica da vida longe dos grandes pólos urbanos são postos como um conceito do passado. A vida nas pequenas

idades, no interior, sempre caracterizada pelos aspectos positivos proporcionados pela paz, tranquilidade, contato com a fauna e a flora, as famosas praças de lazer que proporcionaram velhas histórias e contatos humanos sem que os arredores possuíssem edificações demasiadamente humana, apenas o verde da natureza e o som dos pássaros - locais que no passado eram supervalorizados pelo seu aspecto turístico, mesmo na simplicidade, onde recursos básicos naturais do homem como água e ar sempre foram motivos de orgulho da população local e seus visitantes casuais. Tudo isso dá lugar à chegada da tendência por urbanizar, na busca pela modernidade, da “evolução” humana; por meio de medidas de políticas públicas faz-se uma maquiagem do progresso, destruindo todo o valor superestimado no passado, transformando as pequenas cidades semelhantes aos bairros do subúrbio dos grandes pólos urbanos; porém sem os aspectos positivos como: recursos tecnológicos, oferta de emprego, leque de atrações e atividades características de metrópoles como consequência do solavanco populacional e tecnológico, de acordo com as necessidades, e não como forma de aparentar um avanço ou progresso. Portanto, é de suma importância o resgate de valores intrínsecos às cidades de pequeno porte, como Terra Roxa.

2 PLANEJAMENTO E SUSTENTABILIDADE URBANA

Nos dias de hoje, a população que vive e trabalha no espaço urbano necessita de locais arborizados para encontrar um alívio do estresse que o mesmo crescimento aleatório o traz, pois, na maioria das cidades do planeta a vegetação presente tem numerosos usos e funções no ambiente, proporcionando uma série de contribuições que estabelecem diferenças entre as regiões arborizadas e aquelas desprovidas de arborização, atestando que a conciliação dos usos cotidianos da população com propostas de organização do espaço viáveis econômica e ambientalmente – a sustentabilidade urbana – tornou-se uma exigência dos municípios contemporâneos.

O planejamento urbano e a organização físico-ambiental da cidade é um tema importante na discussão política a respeito do meio ambiente e o desenvolvimento da cidade. A ausência de planejamento urbano e ambiental nas cidades ocasiona sérios problemas, tais como: a falta de coleta de lixo, insuficiência da estrutura de abastecimento de água e coleta de esgoto, déficit habitacional, déficit de equipamentos comunitários e de áreas de lazer, falta de acessibilidade, poluição do meio ambiente local e circundante, queda na qualidade de vida da população e desperdício dos recursos públicos. Portanto, todas estas deficiências deveriam ser levadas em consideração no momento em que se começa a pensar um modelo sustentável para a cidade.

As cidades estão assumindo a condição de ambientes de inclusão e exclusão simultâneos, sendo possível afirmar que se constituem em espaços segregacionistas que se ampliam a cada ano. Sabe-se que a problemática urbana não é algo que diz respeito exclusivo ao planejamento urbano, pois são inúmeras as leis já existentes no país para a questão ambiental que abrangem a temática urbana, ao mesmo tempo em que os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) se sobrepõem às normas de uso e ocupação do solo urbano, confirmando definitivamente que a questão urbana está ligada aos fatores ambientais. Porém, mesmo o conjunto destas leis, não tem sido suficiente para atenuar os graves problemas ambientais urbanos, por isso, pensar na organização da cidade exige vislumbrar um novo urbanismo que caminhe efetivamente para a redução do imenso custo ambiental e social gerado pela deterioração destas áreas.

Segundo entende Custódio (1991), toda a degradação e deterioração que se observa por todo território nacional, tem origem na especulação imobiliária, na falta de planejamento e fiscalização, nos zoneamentos tendenciosos e incompatíveis com as peculiaridades dos lugares, nos loteamentos irregulares ou aprovados sem cautela e nos projetos urbanísticos faraônicos que muitas vezes são implementados sob a pressão de enormes interesses particulares e políticos.

É importante frisar que enquanto o planejamento não fizer parte da agenda de muitos prefeitos, o cerne dos problemas urbanos, ambientais e antrópicos, continuarão sem perspectiva de solução, posto que as agressões perpetradas contra a natureza e ao homem têm origem no desenvolvimento das atividades econômicas que se realizam sem controle algum. Além do fato de que as políticas públicas voltadas para o regimento das áreas verdadeiras são, quase que em sua totalidade, medidas reparadoras ou que visam amenizar o impacto ambiental considerado inevitável e na maioria dos casos já iniciado. Portanto, certamente, a problemática teria resultados satisfatórios caso os interesses particulares e políticos fossem deixados para uma segunda instância e o planejamento fosse realizado de forma integral, desde o princípio das intenções de alteração no espaço urbano.

Segundo Ferrari (1996) os benefícios proporcionados pelo planejamento das atividades presentes nos diversos municípios alcançam indiretamente toda a sociedade, sendo que em alguns casos este benefício é percebido imediatamente.

A necessidade do planejamento advém da constatação clara de que o crescimento das cidades não tem sido acompanhado pelo crescimento das áreas verdes e dos investimentos necessários para a melhoria da qualidade de vida, intensificando assim os problemas ambientais e o desconforto da população. Não distante dessa realidade há também os casos de municípios que não possuem um crescimento significativo, ou estão estagnados (quando não retrocedem no aspecto do crescimento populacional), onde o forte fator ilusório da transformação sócio-espacial pode ser observado; todavia trataria apenas de uma maquiagem em nome da melhoria dos recursos e avanços presentes nas cidades em que a urbanização alcança uma dimensão maior e avançada devido às causas, e não às consequências. Portanto tais medidas de urbanização em pequenas cidades, sem que haja a real necessidade, é fruto do mundo de aparências capitalista onde nem sempre o que é positivo para a comunidade local é de fato uma grande melhoria. Caindo na alienação que Marx (1844) já alertava, onde a própria população refém de suas convicções e deseja o que é prejudicial a si mesmo.

A qualidade de vida da população deveria ser o conceito primordial que fundamenta toda e qualquer ação de planejamento urbano, considerando as especificidades ambientais como: ilhas de calor, impermeabilidade do solo, ambos ocasionados pelo processo de cimentação urbana, qualidade do ar; fatores paisagísticos, bem como as peculiaridades e identidades dos bairros que juntos padronizam as formas das cidades; lazer; arborização em seus diferenciados níveis, forte contribuinte para o bem estar humano; aspectos abstratos pouco abordados como o valor histórico e sentimental que devem ser levados e conta quando se trata de qualidade de vida, entre outros fatores ignorados pelo antropocentrismo que acabam passando despercebido aos olhares da maioria da população, como a diversidade da fauna e flora conforme Paiva e Gonçalves (2002) e Meneguetti (2003); tais aspectos influenciam diretamente na vida dos cidadãos e proporcionam, além de uma melhor qualidade de vida ao homem, um convívio saudável, racional e em harmonia entre homem e a natureza.

Pela sustentabilidade urbana é preciso: requalificação de áreas degradadas, possibilitando a utilização da infraestrutura existente; monitoramento eficiente para impedir à expansão de áreas clandestinas e de risco a preservação ambiental; investir no paisagismo e nas áreas verdes da malha urbana; reduzir as ilhas de calor e a impermeabilidade do solo; preservar os mananciais, nascentes e margens, recuperar a qualidade da água e a eficiência do sistema de distribuição, dentre outros.

A participação da população no planejamento da estruturação do município é de fundamental importância nas três instâncias necessárias para um fim de sucesso, são elas: a) a causa, tratando não somente do processo de petição e exigências de iniciativas do poder público, mas também de um processo de conscientização da necessidade de um planejamento; b) a elaboração, segundo Malavasi (1994), a qualidade ambiental dos municípios proporcionará maior destaque e eficácia com a avaliação dos habitantes locais e suas percepções poderão auxiliar aos gestores e administradores públicos de forma objetiva, pois além de serem fortes instrutores de forma específica nos pontos carentes de atenção, serão colaboradores na manutenção e preservação diária após implementação do plano, devido ao engajamento e participação em sua elaboração; c) a manutenção, como preservação do ambiente Milano (1984) destaca a participação da comunidade e seu envolvimento na interação do homem e as áreas verdes como um elemento chave para evitar atos de vandalismo que prejudiquem a arborização entre outros elementos que compõem a estrutura do planejamento, causando prejuízos, desperdícios, ineficácia e insatisfação da comunidade que participa e valoriza tais locais. Meneguetti (2003) ressalta ainda que devido ao fato das áreas verdes serem compostas, na sua essência, de organismos vivos requer um cuidado com a saúde e crescimento desses elementos vegetais, podendo ser prejudicados por podas drásticas, vandalismo, poluição tanto dos pedestres e usuários do meio público como pela poluição causada pelos veículos automotores, ocasionando uma deficiência no desenvolvimento e crescimento da vegetação. Sirkis (1999) vai além afirmando que a falta e o excesso de água, bem como as condições e tipo de solo, somados à falta de cuidado da população são grandes inimigos das áreas verdes, praças, áreas de lazer, e arborização das vias urbanas, contribuindo para a degradação dos mesmos.

Sequencialmente, Soares (1998) trás outro fator importantíssimo para o planejamento é a análise técnica de elementos como solo, clima e microclima, orientação das ruas; assim como o uso e ocupação dos solos ao redor e o fluxo de pessoas nas diferentes regiões da cidade. Todos esses são fatores importantes para nortear o planejamento, desde toda a amplitude quanto para aspectos específicos, como a escolha das espécies arbóreas, caso seja necessária arborização. Por fim, Meneguetti (IDEM) salienta que o planejamento das áreas verdes, especificamente da arborização deve consistir de uma pesquisa, e um processo minucioso para que o resultado seja realmente satisfatório e significativo em suas funções, para também evitar desperdícios, pois todo o processo pode acabar possuindo um elevado custo.

2.1 PARTICIPAÇÃO POPULAR

É inevitável que passemos uma breve reflexão teórica que vise alertar algumas considerações para um plano de políticas públicas eficaz. Platão (séc. IV a.C) é um dos primeiros a estabelecer de forma sólida a importância da participação da população em assuntos públicos. Ao analisarmos a organização da polis desde a Ágora Grega notamos a contemporaneidade de sua estrutura de pensamento. Portanto, antes que qualquer ação seja realizada faz-se necessário a consulta popular para detectar os problemas e carências, porém deve-se levar em conta a contingência dos interesses políticos populacionais considerando suas diversas possibilidades causadas pelas diferenças que caracterizam cada indivíduo. Sendo assim, o gestor de políticas públicas passa a exercer um papel na "gestão do conflito de desejos". Deve-se considerar a opinião pública não como um bloco sólido que represente os interesses de toda a população, como um grupo homogêneo, mas saber analisar os diversos interesses mobilizados como grupos de opiniões como argumenta Bourdieu (1972). Vinculado a isso é necessário um despertar para o conhecimento funcional das reais necessidades (papel do profissional capacitado), de modo que evite qualquer sofisma, que, por sua retórica, desvie o foco da necessidade genuína, por questões supérfluas, bem discursadas, visando interesses específicos e egoístas, como bem acrescenta Platão (séc. IV a.C) em A República. Complementando a importância desse pensamento é que Nietzsche (1886) aborda o método aristocrático da elite organizadora de tais processos de controle do poder e defesa dos interesses específicos se uma determinada classe já detentora do poder e fortemente, para não dizer exclusivamente, participante nas diretrizes do planejamento e implantação das medidas públicas.

Aliado a toda essa problemática, temos a cultura brasileira que, além de acomodada, possui uma concepção de participação popular na política resumida às eleições. Segundo Freud (1930) outro agravante que dificulta a mobilização social é a cultura vinculada ao ser humano "acomodado pelo mal-estar", provocada pela contenção dos "instintos" agressivos e sexuais que são regidos pelos valores individuais morais, éticos e leis que tangem toda a sociedade. Portanto a psicanálise aponta ao costume individual e abrangente da sociedade na autocontenção da ação naquilo que de certa forma o incomoda, suprimindo os prazeres em menores escalas e em contextos diferentes e não essenciais, do ponto de vista da organização social urbana, como religião, arte (lazer) e narcóticos. Portanto há quem diga que a perfeição da cidade como consta em A Utopia de Thomas More (1516), é de fato mera utopia.

Inegavelmente, é um desafio traçar um modelo ideal de política pública e planejamento para a cidade, devido à complexidade do sistema urbano e suas implicações, bem como a contingência variável de acordo com a diversidade da percepção racional individual de cada habitante.

Faz-se necessário uma reforma na cultura da participação da população nos assuntos referentes à gestão das políticas públicas, dada a importância da relação entre homem e natureza no meio urbano. A conscientização assume papel fundamental para a sustentabilidade urbana para gerar uma mobilização que produza uma opinião pública consciente da necessidade de reparos e da organização espacial para contribuição na melhoria da vida de modo abrangente. Para o gestor, que cabe deliberar as diretrizes, deverá ser abastecido e informado sobre os reais problemas, e esta informação deverá ser dada de maneira criteriosa, racionalizada, organizada, seletiva e não repetitiva, conforme Barros Filho (2003).

3 ÁREAS VERDES E O ESPAÇO URBANO

Milton Santos (2002) conceitua a paisagem de duas formas distintas, diferenciando paisagem natural de paisagem cultural. A primeira, paisagem natural é composta de elementos como: terreno, vegetação, solo, rios e lagos; e suas relações entre si. Paisagem cultural, por sua vez, consiste em incluir todas as modificações realizadas pelo homem, como espaços urbanos e rurais. Portanto quando o objeto de estudo é o espaço urbano e as áreas verdes, temos uma análise de uma paisagem cultural focada em buscar elementos naturais que restaram ou foram incorporados à realidade da intervenção humana.

A presença de áreas verdes no universo urbano é um fator essencial no resgate dos aspectos positivos da relação que deve existir entre as formas urbanas e a natureza, portanto a distribuição destas áreas pelo espaço urbano e a distância entre elas influi, diretamente, sobre as suas funções econômicas, estéticas, sociais e ecológicas (JESUS, 1995). Desse modo, torna-se imprescindível que a gestão das áreas verdes urbanas incorpore a seus aspectos sociais e ambientais, conceitos relacionados à qualidade, quantidade e distribuição destes espaços, fazendo associações quanto às diferentes categorias de áreas verdes e sua distribuição espacial na cidade.

Entre todos os fatores que refletem a alteração e a importância das áreas verdes alguns sofrem influência direta, entre eles está o microclima. O clima é inalterável pelas pequenas modificações no ambiente, devido a sua amplitude e proporções em escala maior, porém o microclima sofre alterações decorrentes das ações na paisagem pela ação antrópica, tanto no meio rural como principalmente no meio urbano, assim afirma Paiva e Gonçalves (2002). À caráter de exemplo, Lombardo (1995) afirma que a cidade de São Paulo chega a registrar uma diferença superior à 10°C entre a área rural e urbana, pois, além do processo de cimentação, os gases poluentes em níveis elevados causam aumento de temperatura. De modo geral são nos centros das cidades - onde a urbanização ocorre com maior intensidade extinguindo a vegetação - são registradas as temperaturas mais elevadas, por outro lado os valores de temperatura mais baixos são extraídos das áreas verdes e reservatórios de água. Como consequência da elevada temperatura, temos outro dado importante que é a diminuição da umidade relativa do ar, prejudicando ainda mais a população. Lombardo (IDEM) dá continuidade na análise da importância do planejamento para influência positiva da vegetação no meio urbano afirmando que as contribuições dos benefícios vão desde melhoria microclimática, em decorrência da diferença na reflexão das radiações solares entre a vegetação e as estruturas de edificação e pavimentação; e do aumento significativo da umidade atmosférica, que por consequência suavizam as temperaturas; há também a valorização econômica das propriedades situadas nos arredores de onde o planejamento alcançará, significando um impacto positivo, bem como auxílio no próprio controle dos três níveis de poluições: a) atmosféricas, em sua maior parte pelas indústrias e veículos automotores; b) sonoras, pelo tratamento acústico que as árvores proporcionam, amenizando o estresse auditivo, causado pelo barulho dos centros urbanos; c) visual, causado pelo conjunto de elementos humanos, tanto planejados (exemplos: edificações e banners de propaganda), quanto resultado de vandalismos - pichações - e lixo/sujeira. Outro elemento, de menor relevância, contudo demonstra fortemente a influência das áreas verdes no meio urbano, é a interferência na direção e na velocidade dos ventos e sombreamento. Ainda como consequência indireta de um bom planejamento, implantação e manejo das áreas verdes, temos a integração entre os diversos ambientes de uma cidade, provocando uma homogeneização em alguns locais e uma mudança progressiva e não drástica entre ambientes diferentes, proporcionando uma harmonia para que haja diversidade na fauna e na flora, segundo Paiva e Gonçalves (IDEM) e Meneguetti (2003).

Uma vez que as áreas verdes cooperam com a harmonização dos interesses ecológicos na cidade, estudos desenvolvidos até o presente pela Organização das Nações Unidas (ONU), através da Organização Mundial Saúde (OMS) e da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), indicam que o IAVH (Índice de Área Verde por Habitante) mínimo admitido nas áreas urbanas do planeta deveria alcançar pelo menos 12m² por habitante (CAVALHEIRO & DEL PICCHIA, 1992). Não obstante a isto, alguns países do globo, como os Estados Unidos e Alemanha, adotam índices superiores a este, estabelecendo respectivamente a quantia mínima de 28 e 40m²/hab. No Brasil, a SBAU (Sociedade Brasileira de Arborização Urbana) propõe que o IAVH do país alcance pelo menos a medida de 15m²/hab, permitindo assim que as áreas verdes possibilitem não somente recreação e o lazer da população, mas amenize o todo impacto ambiental da ocupação humana.

3.1 ALÉM DOS DADOS

Convém salientar que a delimitação das áreas verdes deve ser coerente com o propósito de proporcionar à população um espaço amplo de convivência, lazer e recreação, devendo-se coibir terminantemente a fragmentação destas áreas em espaços menores desarticulados que não permitem o uso e o seu desfrute pela sociedade, também se faz necessária a ação coerente do poder público na defesa destas áreas, pois, diversas vezes, administradores municipais agem de acordo com seus interesses particulares, admitindo e incentivando a ocupação das áreas verdes do seu município por equipamentos comunitários úteis à população como: escolas, creches, postos de atendimento: médico, policiais e bombeiro, etc. Obviamente estes investimentos são todos muito bem vindos; entretanto, sua finalidade e importância não eximem a administração pública da responsabilidade de zelar pelos espaços destinados a recreação e ao lazer.

Infelizmente há um fator esquecido devido à cultura materialista antropocêntrica enraizada, inclusive nos diversos planejamentos urbanos já existentes, onde a própria natureza tem o papel exclusivo de servir ao homem em suas necessidades imediatas contemporâneas para proporcionar bem estar e melhor qualidade de vida. Este raciocínio é latente, embora habite na penumbra da razão humana e visível na grande maioria dos planejamentos urbanos. Castro (1996) classifica e constrói um significado para os locais que vão além de suas funcionalidades e aspectos práticos e imediatos, afirmando que os diversos lugares possuem um “espírito”, não no sentido de espiritual, mas sim no sentido de um elemento a mais, que não se pode adquirir tecnicamente, mas é uma personalidade e um significado dado por cada

indivíduo de forma distinta pela vivência que se desenvolve em determinado local, com suas especificidades visuais, estéticas, na distribuição singular dos elementos. Além dessa característica invisível aos olhos da ciência empírica laboratorial, há também o valor sentimental presente graças ao convívio diário de indivíduos entre o ambiente, e entre outros indivíduos; os relacionamentos, as histórias, os modos de usos e toda forma de utilidade das diferentes vidas que se associam ao ambiente, fazendo com que o ambiente crie uma identidade; como Carlos (1996) nomeia a tríade: habitante-identidade-lugar. Harvey (1994), por sua vez, aborda esse quesito por meio de uma crítica diante da globalização. Harvey alerta que em decorrência da globalização há certo perigo de perda de identidade dos locais, principalmente devido as grandes transformações ocorrerem de maneira rápida e bruta. A relação espaço-tempo tem se encurtado trazendo grandes novidades, de forma que grande parte da população, já acostumada com um ritmo lento de transformação, acabe não assimilando as mudanças e corra o risco de perda de identidade dos locais, que, no caso estudado são as áreas verdes, praças, parques, áreas de lazer e etc.

Via de regra, outro freqüente problema que aflige as áreas verdes urbanas centra-se na ação dos agentes imobiliários que procuram maximizar seu ganho à custa destes espaços, pulverizando ou distribuindo-os nas porções menos favoráveis no loteamento; e na irresponsabilidade do poder público que se demonstra conivente com a realidade capitalista do espaço ou incentiva a substituição destas áreas pela expansão dos equipamentos comunitários que já deveriam ter sido contemplados em sua respectiva demanda. Em face disto, uma parcela da sociedade tem procurado reverter o quadro mediante a ampliação das normatizações estabelecidas na forma de lei, procurando estabelecer as condições mais apropriadas para a qualidade de vida da população e o bem-estar do ambiente urbano.

3.2 NORMATIZAÇÕES E LEGISLAÇÃO

O histórico constitucional que diz respeito da relevância das áreas verdes inicia-se na década de 70, onde de acordo com a Lei 6.766/79 de 19 de dezembro de 1979 alguns artigos estabelecem que os loteamentos passem por obrigatoriedade reservar um índice mínimo de 35% para as áreas públicas destinadas ao uso institucional (equipamentos públicos comunitários, locais de saúde, educação e similares) e às áreas verdes (espaços livres de lazer, praças, parques e jardins) inclusive salienta que o valor da reserva deverá ser ampliado proporcionalmente à densidade de ocupação da gleba. Portanto, a normatização do Parcelamento de Solo Urbano parte dessa constitucionalização que entra em vigor e então

passa a ser consolidada pela legislação no Brasil pela Regulação do Uso da Terra Urbana (BARBOSA & CARVALHO, 2008)

Então é dado o primeiro passo rumo a uma relevância no que se trata de espaços urbanos com reservas para áreas públicas, fato importante para que o planejamento e a organização da cidade leve em consideração aspectos que antes não tinham normas, portanto não tinha sua devida importância. Cronologicamente, outra participação legislativa na normatização para áreas públicas: institucionais ou verdes trata-se da Constituição de 1988, que teve sua contribuição salientando a responsabilidade dos municípios de exercer as devidas funções, segundo o presente artigo e inciso:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”

Por fim, com a Lei 9.785/99 de nível Nacional a legislação se torna mais completa e ainda aborda aspectos das unidades residenciais unifamiliares e o índice salvaguardado para uso institucional e áreas verdes e aperfeiçoa Lei 6.766/79, preenchendo suas lacunas.

“Art. 4.

I- as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem.

§ 1º - A legislação municipal definirá, para cada zona em que se divide o território do Município, os usos permitidos e os índices urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo, que incluirão, obrigatoriamente, as áreas mínimas e máximas de lotes e os coeficientes de aproveitamento.”

Outro instrumento importante na gestão de um município é o Plano Diretor, que trás outras diretrizes para a organização das áreas verdes e conta com a cooperação da comunidade e vários profissionais especializados em traçar as normatizações de acordo com cada caso específico para o município em questão. Porém o Plano Diretor trás consigo a obrigatoriedade

de realização somente para municípios: com a população superior a 20 mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas, áreas de interesse turísticas, ou situadas em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país; situações em que o município de Terra Roxa/SP não se enquadra, e não foi mobilizada uma ação espontânea para a elaboração de um Plano Diretor.

A Lei Orgânica do Município de Terra Roxa/SP, no que diz respeito ao foco de organização urbana para as áreas verdes, não possui nada relevante, contendo somente considerações a nível dos princípios do direito ambiental, como por exemplo:

“CAPÍTULO XII

ARTIGO 196.- Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, (...).”

Portanto Terra Roxa deve respeitar a legislação e o regulamento a nível Nacional, estabelecido pela Constituição Federal, sem demais restrições.

4 O MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/SP E AS ÁREAS VERDES

O município de Terra Roxa/SP está situado na região nordeste do Estado de São Paulo, e faz parte da região administrativa de Barretos, distante 372,7 km da capital. Possui latossolo roxo, a margem esquerda do Rio Pardo, para onde flui sua rede de drenagem hídrica. Sua localização geográfica, através do sistema de posicionamento global dá-se em 20° 47'25,7" latitude sul e 48° 20'4,2" longitude oeste, a uma altitude média de 494 metros acima do nível do mar, suas características topográficas consiste basicamente em suaves colinas. Seus municípios limítrofes são Jaborandi ao norte, Viradouro a Sudeste, Morro Agudo a Leste, Bebedouro a Sudoeste e Colina a Noroeste.

Localização de Terra Roxa e da Região de Governo de Barretos no Estado de São Paulo.



Figura 1: Localização de Terra Roxa e Região Administrativa de Barretos no Estado de São Paulo.

Em 1918 foram construídos os primeiros prédios comerciais e residenciais, sendo o Armazém Floresta a primeira casa comercial instalada na vila.

Economicamente, em 2007 segundo IBGE, Terra Roxa/SP teve um PIB *per capita* de 7.652 mil reais, que se for dividido em porções de classes de contribuições resulta da seguinte forma: a) valor adicionado bruto da agropecuária, 14.514 mil reais; b) valor adicionado bruto da indústria, 5.969 mil reais, c) valor adicionado bruto dos serviços, 39.201 mil reais. Possui uma população estimada em 7.752 habitantes, segundo IBGE em 2001; e em 2010 nos mostra uma população de 8.505 habitantes. Portanto, podemos considerar que houve um crescimento significativo, proporcional ao seu tamanho.

A qualidade de vida em Terra Roxa/SP apresenta-se num patamar acima da média brasileira, apontando para uma condição privilegiada em relação a muitos municípios brasileiros, e igualmente na média do contexto onde se está localizada (Região Administrativa de Barretos), apontando para o fato de que o país possui uma discrepância entre suas diversas regiões. Porém não houve nenhum aumento significativo no IDH no tempo decorrido de 1991 a 2000. Conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil informa, o IDH de Terra Roxa em 2000 foi 0,773 sendo superior ao índice apontado em 1991 em todos os quesitos básicos considerados – renda, longevidade e educação (Tabela 1).

Tabela 1: IDH em Terra Roxa/SP

IDH 1991	IDH 2000	Renda 1991	Renda 2000	Longevida de 1991	Longevida de 2000	Educaçã o 1991	Educaçã o 2000
0,714	0,773	0,670	0,671	0,703	0,786	0,769	0,863

Fonte: PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013.

Para assegurar que esse padrão de qualidade de vida se torne uma conquista permanente da população terra-roxense, a sociedade local deve dar atenção à arborização urbana e ao cuidado das áreas verdes, focando o bem-estar da população durante momentos de tempo livre dedicado ao uso desses espaços. O poder público e a população são responsáveis pelo desenvolvimento do município, devem elaborar planos de implementação e manutenção das áreas verdes, vislumbrando numa trajetória de médio e longo prazo todos os resultados positivos que advirão desta iniciativa, pois uma cidade adequadamente arborizada e bem planejada do ponto de vista sustentável e socioambiental favorece os moradores proporcionando uma vivência em harmonia com todo o meio.

4.1 ÁREA CENTRAL E ÁREA PERIFÉRICA

Nota-se em Terra Roxa/SP duas regiões distintas ao analisarmos separadamente os eixos de crescimento da cidade. O primeiro trata-se da região central e mais antiga do município, onde estão localizados suportes de infraestrutura em maior número, porém sem uma importância real as áreas verdes e sem qualquer planejamento urbano, em contrapartida à leste encontramos um eixo de crescimento com um planejamento básico, além de uma preocupação maior com a existência de áreas verdes disponíveis à população. Contudo acaba por segregar essa porção da população. Portanto é necessário que abordemos as seguintes regionalizações do meio urbano de Terra Roxa/SP, sendo classificadas, neste trabalho, como área central e área periférica, representadas na figura 2 nas cores cinza e amarelo respectivamente.

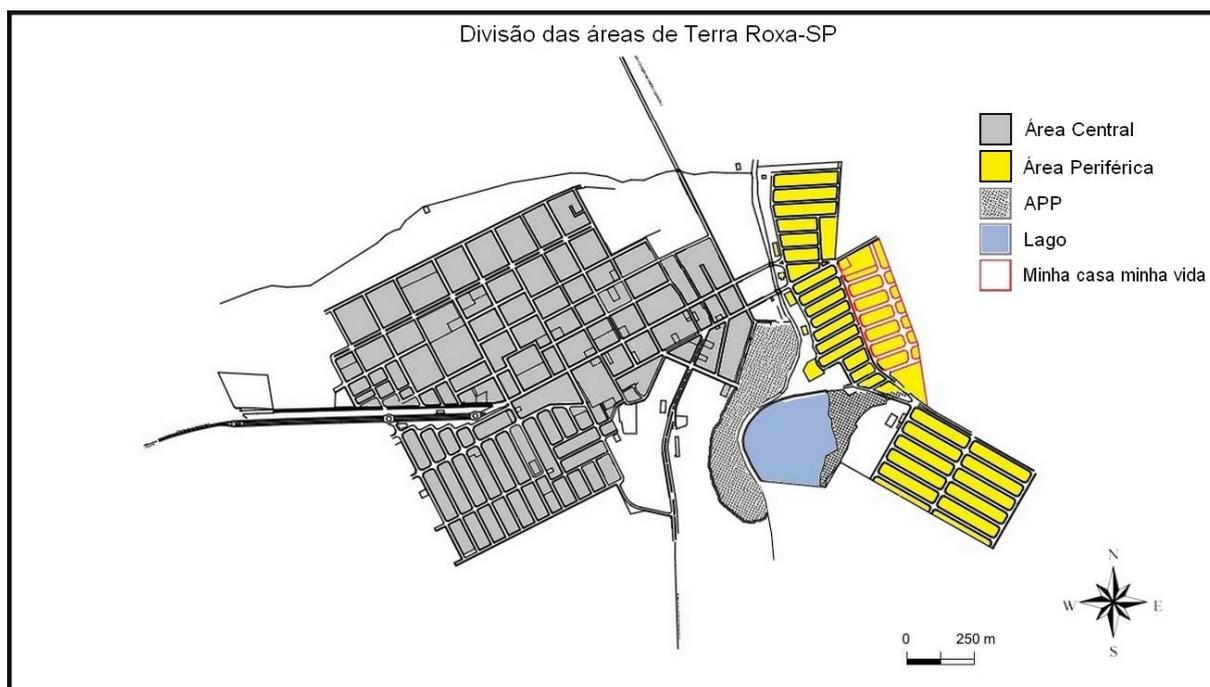


Figura 2: Divisão das áreas Central e Periférica do município de Terra Roxa/SP

4.1.1 Análise quantitativa das áreas verdes urbanas e públicas

Não muito distante de todas as grandes cidades do Brasil, Terra Roxa/SP está enfrentando os mesmos problemas do mau uso e ocupação do solo urbano, apesar de constatado que o município possui um IAVH razoavelmente bom para os padrões mundiais, na área periférica (construída e elaborada mais recentemente) esta infraestrutura de certa forma não é utilizada como em países de primeiro mundo, que já estão acostumados culturalmente aos usos corretos dos espaços públicos, infelizmente ficará evidente neste levantamento que deve haver um esforço em planejar e reutilizar os espaços urbanos em Terra Roxa/SP. Considerando os cálculos de área e os dados do IBGE de 2010, o IAVH total de Terra Roxa/SP é, aproximadamente, $18.76\text{m}^2/\text{hab}$ superando os $15\text{m}^2/\text{hab}$ exigido pelo SBAU (Sociedade Brasileira de Arborização Urbana) conforme já visto. Porém, ao analisarmos as duas áreas separadamente, detectamos que a área central (mais antiga e construída sem planejamento) tem um IAVH correspondente à parcela de $6.91\text{m}^2/\text{hab}$ e a área periférica participa da cidade com um índice de $11.85\text{m}^2/\text{hab}$, sendo assim pressupõe-se previamente que houve uma compensação da carência de áreas verdes da área central, na área periférica de recente ocupação.

A seguinte abordagem a ser feita considerará por infraestrutura as escolas, creches, ginásios, quadras de esportes, velório, cemitério, igrejas, rodoviária, prefeitura, conselho tutelar,

delegacia, almoxarifado, hospital, centro de agricultura, museu, Unidades Básica de Saúde e Casa do Trabalhador; bem como todo aparato edificado que dê suporte à população. As áreas verdes por sua vez serão consideradas toda porção vegetal existente, jardins, parques, praças, canteiros, gramados e etc.

No mapa a seguir (Figura 3) podemos observar que há uma distribuição desigual da infraestrutura no território municipal, sendo a área central a que mais possui infraestrutura disponível a população, até mesmo pelo maior fluxo de pessoas, surgindo um problema recorrente em outras cidades, que é o esquecimento destes instrumentos nas periferias. Já em relação às áreas verdes ocorre o inverso, devido à legislação que obriga a ter um percentual de reserva natural em relação à densidade populacional, a área periférica possui muito mais contato com o meio natural do que a área central, que já passou por um processo de especulação imobiliário, fragmentando demasiadamente as áreas verdes; conseqüentemente, como citado anteriormente, o conceito de progresso acaba gerando a perda da importância da sustentabilidade socioambiental nos espaços onde há maior valor imobiliário.

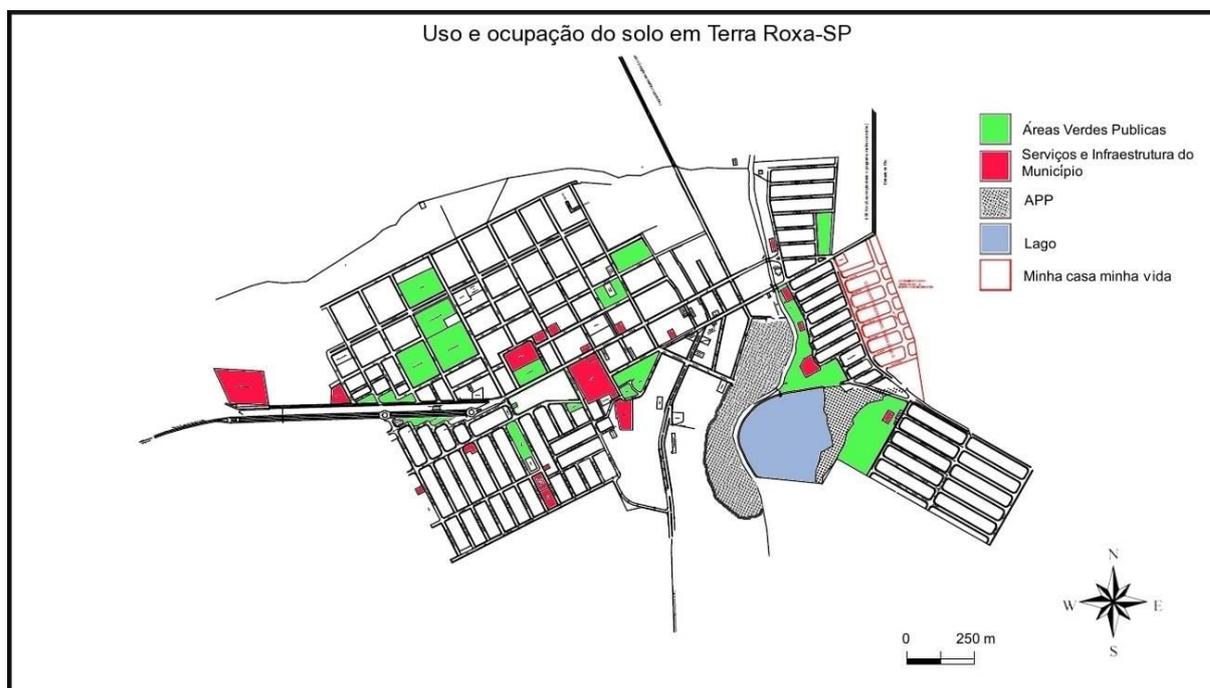


Figura 3: Distribuição das áreas verdes e infraestrutura do município de Terra Roxa

Não bastasse a clara diferença na distribuição da infraestrutura em relação às áreas verdes entre as duas áreas distintas ao fazermos o cálculo quantitativo das áreas verificamos com maior clareza o gigantesco antagonismo entre a área central e a área periférica.

A área verde total do município consiste em 159.675 m² (66,8%), e 79.395 m² (33,2%) de infraestrutura (gráfico 1), portanto, em média, 1/3 de infraestrutura para 2/3 de áreas verdes este é o padrão que, obviamente, deveria ser mantido para todas as áreas da cidade, visando assim um investimento homogêneo e justo para toda a população. Todavia, não é isso que observamos ao fazermos a distinção entre área central e área periférica. Na área central temos 58.850 m² (45,2%) destinados à área verde, e, conseqüentemente, 71.450 m² (54,8%) para infraestrutura; portanto há mais infraestrutura do que área verde, isso de certa forma não é um problema, mas quando analisamos o a área periférica podemos ver a carência de infraestrutura em detrimento da área central. Com 100.825 m² (92,7%) de áreas verdes e apenas 7.945 m² (7,3%) para infraestrutura, ocorre grande escassez de infraestrutura para muita área verde, à vista disso podemos localizar uma clara heterogeneidade territorial (ilustrada pelo gráfico 2).

Gráfico 1: Área total do Município de Terra Roxa – Área Verde e Infraestrutura.

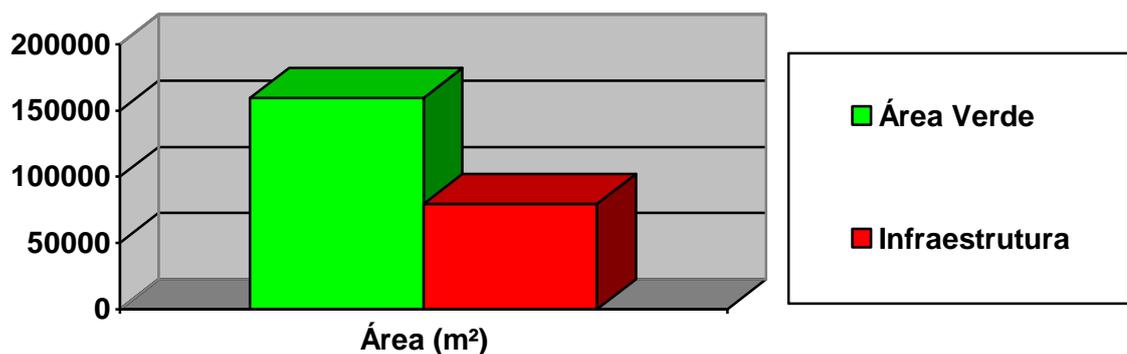
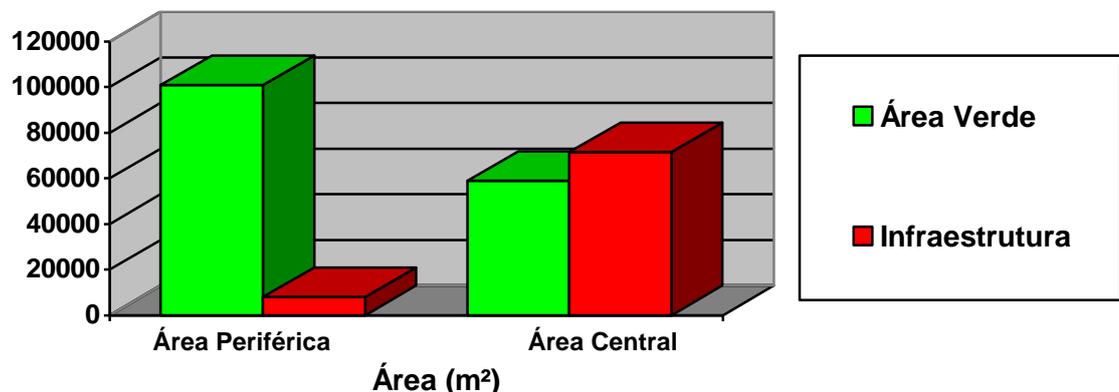


Gráfico 2: Diferença do uso e ocupação do solo no Município de Terra Roxa – Área Verde e Infraestrutura – comparação entre área central e a área periférica.



Estes dados refletem, significativamente, a realidade presente entre as duas áreas de Terra Roxa/SP. A qualidade, a funcionalidade socioambiental e a utilização da população podem ser observadas com maior evidência se levarmos em consideração esta discrepância ocorrida pela falta de atenção para a área periférica da cidade, bem ilustrada pela ausência de infraestrutura

que proporcione suporte e incentivo às áreas periféricas, retratando a própria falta de investimento nas áreas verdes periféricas.

4.1.2 Análise crítica das áreas verdes urbanas e públicas

A Geografia Pragmática ou Quantitativa pode ser tendenciosa e não condizer com a realidade por se basear apenas em números, estatísticas e probabilidades que não façam uma análise completa de todos os elementos complexos que envolvem o tema, como é proposto pela Geografia Crítica segundo Milton Santos (1988). Portanto é necessário uma análise local do ambiente cuja reflexão excederá os dados e que poderá contradizer a atual conclusão ou confirmar os dados colhidos.

A maioria das praças públicas do município de Terra Roxa/SP possuem um mínimo de estrutura para atender as principais necessidades urbanísticas e sociais, são ao todo sete praças públicas e um parque. De todas as áreas verdes de Terra Roxa que possuem infraestrutura pública e área verde, apenas quatro contém recursos básicos como: iluminação, bancos, telefones públicos, água e esgoto. Serão abordados apenas os focos de área verde de maior relevância para a cidade e que possuem características merecedoras de uma análise.

O Parque das Figueiras (Figuras 4, 5 e 6) é uma área verde de médio porte em relação às demais áreas do município, possui brinquedos, porém abandonados, e está passando por obras com a construção de um campo de *society*. Vale ressaltar que o campo de *society* constitui-se basicamente de gramado sintético que, por sua vez, proporciona o benefício da facilidade da manutenção, porém acaba por anular a função ambiental de um gramado orgânico, como por exemplo a drenagem e a absorção do calor. O Parque das Figueiras está localizado na área periférica da cidade, ao lado da Escola Municipal de Ensino Infantil Nabia Keidy Boneme, e recebe este nome devido a duas figueiras seculares, umas das maiores do município. Possui campos de bocha, mesas e bancos para jogos de damas e sua pavimentação é de maioria composta por grama e uma pequena porção de terra batida e cascalho, porém está em um estado de abandono, sendo muito pouco utilizado, pelo risco de violência, já que o local é comumente utilizado para consumo de entorpecentes. O parque também possui, no centro, um salão que é utilizado como bar, frequentado por indivíduos alcoólatras, dependentes químicos e moradores de rua, realidade não muito distante dos grandes centros urbanos. Pode-se detectar que tanto os espaços nos intervalos entre as infraestruturas, como nos próprios locais

de entretenimento ou lazer podem ser realizadas melhorias significativas de modo que popularize o seu uso, incentivando as famílias e habitantes a freqüentarem o parque.



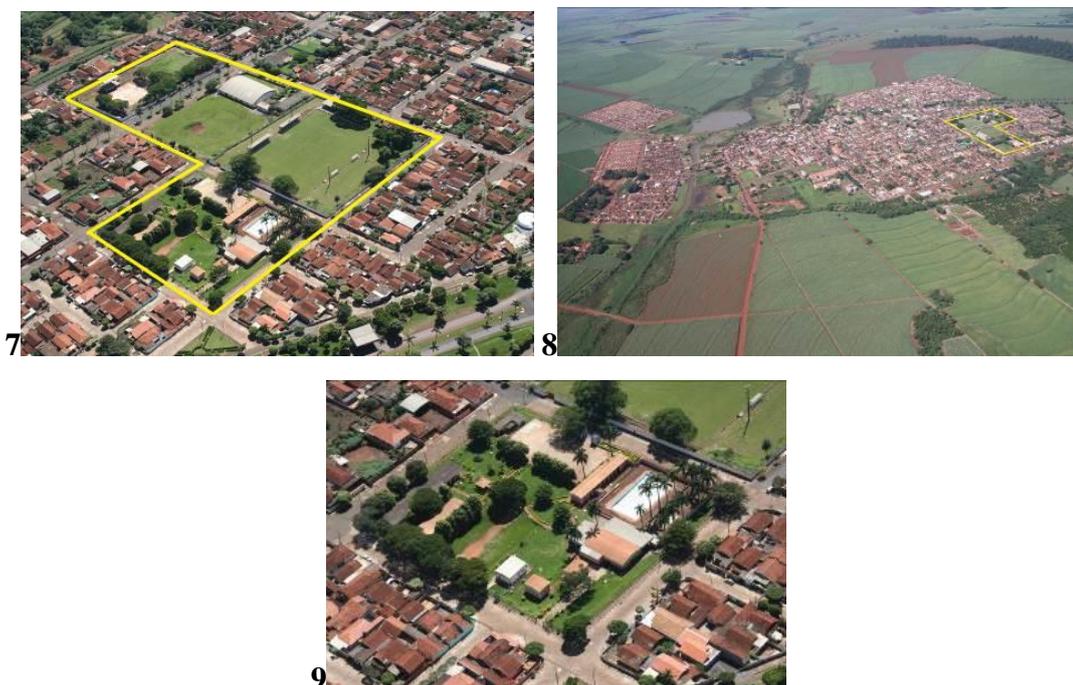
Figuras 4, 5 e 6 - O Parque das Figueiras : **4)** Construção do campo de *society*,
5) Brinquedos e galpão,
6) Campos de bocha e malha.

Fonte: Marciel Augusto Orlando (autor)

Está localizado na área central do município o Complexo de Lazer e Esportes (Figuras 7 e 8) composto pelo Centro de Lazer Municipal, Estádio Municipal, Ginásio Poliesportivo e Parque de Exposições de Terra Roxa. O Centro de Lazer Municipal (Figura 9), com uma ampla infraestrutura com campo de futebol, malha e bocha, também possui piscinas públicas, salão de festa, estacionamento, todos em ótimo estado de conservação e também muito utilizado pela população, com programação de shows aos finais de semana e durante a semana é freqüentado pela população que utiliza a infraestrutura para lazer e recreação. O Centro de Lazer todo possui bancos, iluminação, sanitários, água e esgoto; o jardim e muito bem cuidado e possui, além de árvores ornamentais, árvores frutíferas; inclui um posto de saúde, todos em perfeito estado de conservação, o local tem como pavimento, em sua maioria, grama

e uma pequena porção de cimento. Certamente é a área da cidade cuja infraestrutura local permite que seja mais visitada devido ao estado de conservação dos locais em que o entretenimento é realizado.

Ao lado do Centro de Lazer está o Estádio Municipal, o Ginásio Poliesportivo, e também o Parque de Exposições de Terra Roxa, o campo é utilizado por times locais e também em campeonatos regionais, possui algumas árvores e muita área verde, ainda que em grande parte seja gramado, o que ajuda absorção das águas da chuva. O Ginásio Poliesportivo possui parte de sua área destinada à grama, onde não é utilizada com frequência, apenas quando na cidade acontece a Festa do Peão de Terra Roxa exercendo a função de pasto para os animais. Assim como Centro de Lazer e no Estádio Municipal, o Parque de Exposições também possui, em seu perímetro, área verde, bem como uma estrutura para shows e exposições coberta. Este conjunto de elementos é caracterizado, na presente análise, como um Complexo de Lazer e Esportes pela proximidade dos espaços e pela grande quantidade de gramados e árvores localizadas em cada um dos espaços.



Figuras 7, 8 e 9 - Complexo de Lazer e Esportes:

7) Vista Geral,

8) Visão panorâmica do município destacando o Complexo de Lazer e Esportes.

9) Centro de Lazer Municipal

Fonte: Prefeitura Municipal de Terra Roxa/SP

No centro da cidade está localizada a Praça da Igreja Matriz (Figura 10), sendo a praça mais bem conservada da cidade, com todos os aparelhos e infraestrutura em perfeitas condições, com jardins muito bem cuidados, possui sanitários, pontos comerciais para refeição como: lanchonetes, sorveterias, bares, pizzarias. Aos finais de semana a praça é o ponto de encontro de toda juventude e também de famílias do município e região. Possui telefones públicos, muitos bancos, iluminação, pontos de água com ralo para a manutenção e limpeza da praça, e uma fonte de água com iluminação que é ligada nos finais de semana quando aumenta o fluxo de cidadãos na praça. Toda a praça é pavimentada de blocos de cimentos excetos os jardins, que possui árvores, palmeiras e pinheiros. É privilegiada pela sua localização central e pela tradição da população da cidade, majoritariamente católica.



Figura 10: Praça da Igreja Matriz, área central do município.
Fonte: Prefeitura Municipal de Terra Roxa/SP

Na principal via, que atravessa todo o município, está localizado o Anfiteatro de Terra Roxa/SP adjacente à Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof^a. Maria Élyde Mônaco dos Santos (Figura 11). O anfiteatro é utilizado pelas escolas para realização de palestras, formaturas e também de eventos como o Fórum Internacional de Educação de Terra Roxa/SP. O mesmo local também conta com a presença de uma praça com bancos e iluminação em ótimo estado de conservação, uma fonte que raramente é ligada, exceto em ocasiões especiais, quando se utiliza o anfiteatro, por exemplo. Há jardins com flores e árvores, contudo sua arborização é muito escassa e a maiorias das plantas estão em crescimento. A pavimentação da praça é praticamente em sua totalidade de cimento e não possui sanitários, o que faz com que seja pouco utilizada para recreação. Há a presença de pizzarias, pastelarias, bares e sorveteria ao redor da praça.



Figura 11: Anfiteatro municipal e escola municipal.

Fonte: Prefeitura Municipal de Terra Roxa/SP

A Praça do Cristo (Figura 12) localizada na área central é muito bem conservada, porém muito pouco utilizada pela população. Possui uma área verde significativa em relação às demais áreas verdes centrais; seus jardins são muito bem cuidados, com muitas árvores e flores espalhadas por toda praça. A pavimentação é de cimento em grande parte, existem bancos conservados, telefones públicos, sanitários, água e esgoto. A grande iluminação merece destaque, já que a praça conta com uma fonte iluminada e também a iluminação da estatua do Cristo com os braços abertos voltados para cidade, sendo seu principal atrativo. Encontra-se presente uma biblioteca municipal, contudo a praça não possui nenhuma espécie de atrativo infantil, como parquinhos entre outras estruturas de brinquedo, somente locais arborizados e um amplo espaço aberto para diversas atividades recreativas.



Figura 12: Praça do Cristo em destaque.

Fonte: Prefeitura Municipal de Terra Roxa/SP

A praça com menor infraestrutura disponibilizada a população no município é a Praça da Igreja São Francisco de Assis (Figura 13), também localizada na área central. A pavimentação

consiste basicamente em gramados, contando com a presença de jardins, e árvores escassas, sendo que as poucas existentes encontram-se abandonadas. A praça conta com uma quantidade razoável de bancos, salas utilizadas como depósito, quadra coberta, telefone público; contudo não há sanitários e a iluminação é precária, fator que possibilita o consumo de entorpecentes e acaba por marginalizar esta região. No entorno estão localizadas apenas pequenas lanchonetes e bares.



Figura 13: Praça da Igreja São Francisco de Assis

Fonte: Prefeitura Municipal de Terra Roxa/SP

À vista disso temos a confirmação da situação prevista por meio dos dados colhidos, tanto pelos mapas, cálculo de áreas, gráficos realizados a partir da divisão da cidade em área central e periférica. Constatamos ao analisar os principais focos de área verde uma significativa parcialidade pelos investimentos, planejamentos, manutenção, cuidado e incentivos do poder público à região central, visto que a área central possui um padrão de sustentabilidade socioambiental e utilidade da população de regular à bom, exceto à Praça Francisco de Assis que verificamos a possibilidade de grandes melhorias. A área periférica, como já era de se esperar, possui uma grande carência de atenção do poder público e verificamos que as melhorias e investimentos podem ter grande efeito em um planejamento integral com a participação da população e profissionais instruídos que estejam engajados na melhoria socioambiental responsável pelas áreas verdes urbanas.

5 CONCLUSÃO

Visto o alto grau de importância de estabelecer um padrão de sustentabilidade cujas áreas verdes possuem papel fundamental para proporcionar à sociedade uma melhoria à qualidade de vida, saúde, lazer, bem-estar físico, emocional e psicológico, ao cidadão que possui contato com um ambiente planejado e em integração com os elementos da natureza; bem como o uso racional que favoreça ao meio ambiente um uso e ocupação do solo que amenize seus impactos de forma eficaz e abrangente. A complexidade de todos os fatores que permeiam o tema já abordados, tende a oferecer um leque amplo de melhorias que proporcionará ao meio urbano que adotar um planejamento de políticas públicas com a participação da população e profissionais conhecedores da problemática, resultando num significativo aumento na qualidade dos valores primordiais à existência humana e sua relação com o meio.

Terra Roxa/SP é um caso muito interessante de se estudar, pois representa de forma bem didática a diferença das políticas públicas para as diferentes áreas da cidade, atenuando ainda mais a segregação socioespacial. Temos a área central, onde o crescimento ocorreu de forma aleatória, sem planejamento e sem atingir os níveis mínimos de áreas verdes previamente estipulados, porém com infraestrutura, devido à presença da elite habitante e ao fluxo dos cidadãos. Por outro lado, uma nova região, a área periférica, planejada e com grande quantidade de área verde destinada a compensar a insatisfatória quantidade da área central; o que resultou no cumprimento da meta do IAVH, porém as áreas verdes não atendem plenamente em os seus devidos fins. Diante disso, e visto a grande possibilidade de melhoria, é de suma importância que seja realizado um planejamento sólido do poder público cuja atenção seja voltada a todos os detalhes como: solo, espécies de vegetação (consequentemente a fauna), integração entre ambientes, poluição: atmosférica, sonora e visual, temperatura, velocidade dos ventos, etc; e fatores que viabilizariam a utilidade das áreas verdes pela população, limpeza, infraestrutura (ex: sanitários e bebedouros), iluminação, atrativos infantis e identidade dos ambientes.

Ressaltada a importância de uma abordagem crítica que excede os dados e números a respeito das áreas verdes da cidade, é de suma importância o envolvimento da população, tanto na consulta para a elaboração de projetos de planejamento com caráter reparador ou integral, quanto na manutenção e preservação desses ambientes para que não sejam degradados ou abandonados, tornando locais propícios à marginalização e demais atitudes que possam gerar transtornos e desconforto ao bem comum ou à natureza.

A preocupação com as áreas verdes urbanas e públicas deve ser uma constante para todos os cidadãos, poder público e profissionais da área; compreender que a cidade, quando cultivada e mantida a educação ambiental, constitui um ambiente mais saudável para a vida humana e ambiental de modo sustentável. Assim sendo, todos os cidadãos desempenham papel importante e devem ser conscientizados. Essa cumplicidade entre todas as esferas presentes no espaço urbano é a condição básica para o alcance de uma melhor qualidade de vida para os habitantes e em harmonia com os elementos do meio ambiente, proporcionando uma cidade melhor.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, C. & CARVALHO, P. F. C. “**A Produção Capitalista do Espaço Urbano e a Sustentabilidade: o caso das Cidades Médias Paulista**” IV Encontro Nacional da ANPPAS, Brasília – DF, 2008.

BARROS FILHO, C. **Política e opinião: dos números às letras**. In: Comunicação na polis: ensaios sobre mídia e política. Petrópolis, Editora Vozes, 2003.

BOURDIEU, P. **A Opinião Pública não existe**. In: BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 173-182.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P. C. D. - **Áreas Verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento**. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 4. 1992. Vitória - ES. Anais... v. 1. Vitória, 1992.

CUSTÓDIO, H. B. **Legislação Brasileira do Estudo de Impacto Ambiental**. In: TAUKE, S. M. T. et al (orgs.) *Análise Ambiental: Uma Visão Multidisciplinar*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

FERRARI, R. – **Cenários Alternativos para o Uso de GIS em Municípios**. In: GIS Brasil Anais / II Congresso e Feira para usuários de geoprocessamento. Curitiba: Sagres, 1996.

FREUD, S. **O Mal Estar na Civilização** - Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico: Terra Roxa/SP [dados de 2010] Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 25 março 2013.

JESUS, S. C. **Análise espacial das áreas verdes urbanas da Estância de Águas de São Pedro-SP**, Revista Caminhos de Geografia, UFU, 1995.

LOMBARDO, M. A. **Qualidade Ambiental e Planejamento Urbano- Considerações de Método**. 1995. 490f. Tese (Livre Docência em Qualidade Ambiental). Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1995.

MALAVASI, U.C. **Florestas urbanas: elo de ligação entre o Homo sapiens urbanus e o Meio Ambiente**. Floresta e Ambiente, Rio de Janeiro, 1994.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1989.

MENEGUETTI, G. I. P. **Estudo de dois métodos de amostragem para inventário da arborização de ruas dos bairros da orlamarítima do município de Santos-SP**. Piracicaba, 2003.100f. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, 2003.

MILANO, M. S. **Avaliação e análise da arborização de ruas de Curitiba-PR**.1984. 130f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1984.

MONTE-MÓR, R. L. **Do urbanismo à política urbana**, 1994.

MORE, Thomas. **A Utopia**. São Paulo: Martin Claret, 2005. Tradução: Pietro Nasseti.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do Bem e do Mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed. 2002.

PAIVA, H.N.; GONÇALVES, W. **Florestas urbanas**: Planejamento para melhoria da qualidade de vida. Viçosa: Aprenda Fácil, 2002.

PLATÃO. **Banquete**. São Paulo: Editora Nova Cultural. Ed. 5. 1991.

_____. **República**. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2002.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 15 abril 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA/SP. Disponível em: <<http://www.terraroxa.sp.gov.br/>>. Acesso em: 7 abril. 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: tempo e técnica, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. Paulo: Hucitec, 1988.

SIRKIS, A. **A ecologia urbana e poder local**. Rio de Janeiro: Ondazul, 1999.

SOARES, M. P. **Verdes urbanos e rurais**: orientação para arborização de cidades e sítios campestres. Porto Alegre: Cinco Continentes, 1998.

SPÓSITO, E. S. – **A Vida nas Cidades**. São Paulo: Contexto, 1994.

TERRA ROXA /SP, **Lei orgânica do município de Terra Roxa – SP**, Edição de 22/11/2010.